

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE FILOSOFIA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

LÚCIO ANTÔNIO PORTILHO

A GÊNESE DO CONCEITO DE PROLETARIADO NA OBRA DE MARX:  
*CRÍTICA DA FILOSOFIA DO DIREITO DE HEGEL – INTRODUÇÃO* (1843-  
1844).

Uberlândia  
2023

LÚCIO ANTÔNIO PORTILHO

A GÊNESE DO CONCEITO DE PROLETARIADO NA OBRA DE MARX:  
*CRÍTICA DA FILOSOFIA DO DIREITO DE HEGEL – INTRODUÇÃO* (1843-  
1844).

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Instituto de Filosofia da Universidade  
Federal de Uberlândia como requisito parcial  
para obtenção do título de bacharel.

Área de concentração: Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Humberto Guido

Uberlândia

2023

LÚCIO ANTÔNIO PORTILHO

A GÊNESE DO CONCEITO DE PROLETARIADO NA OBRA DE MARX:  
*CRÍTICA DA FILOSOFIA DO DIREITO DE HEGEL – INTRODUÇÃO* (1843-  
1844).

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Instituto de Filosofia da Universidade  
Federal de Uberlândia como requisito parcial  
para obtenção do título de bacharel em

Área de concentração: Filosofia.

Uberlândia, janeiro de 2023.

Banca Examinadora:

---

Humberto Guido – Prof. Dr. (Orientador – UFU)

---

Maria Socorro Ramos Militão – Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> – (Arguidora – UFU)

Dedico este trabalho aos meus filhos, netos e  
minha esposa, pelo estímulo, carinho e  
compreensão.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos os professores dos cursos de filosofia da UFU e, em especial ao Professor e amigo Humberto Guido pelo incentivo, motivação e orientação nesta caminhada acadêmica.

“A *profunda* Alemanha não pode revolucionar sem revolucionar *desde os fundamentos*. A *emancipação do alemão* é a *emancipação do homem*. A *cabeça* dessa emancipação é a *filosofia*, o *proletariado* é seu coração. A filosofia não pode se efetivar sem a *suprassunção [Aufhebung]* do proletariado, o proletariado não pode se *suprassumir* sem a *efetivação da filosofia*.”

(MARX, 2013, p. 163).

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo encontrar a primeira menção (a gênese) feita por Karl Marx ao conceito proletariado, ao nosso ver, a definição desse conceito marca um ponto de inflexão e, portanto, uma mudança de rumos na formação de sua trajetória intelectual. Nesse caminho, a pesquisa tentou identificar o fio condutor que norteou os estudos marxianos e o encontrou, a partir do momento em que Marx se viu obrigado a responder questões de economia política – às quais e para as quais, revelou primeiramente, não possuir conhecimentos suficientes para respostas adequadas. Porém, esses questionamentos não o abandonaram e, essa questão o perseguiu por anos a fio, pois permanecia na sua cabeça obrigando-o a estudos pormenorizados sobre economia política. As respostas vieram parceladas e só pôde ser respondida completamente após anos de estudos, os quais desdobraram em muitas obras e, também, muitos conhecimentos. Nos seus estudos, dispo de uma literatura especializada nas intersecções da filosofia com os dados antropológicos e sociológicos, teve como descoberta primordial a maneira como nós nos organizamos para produzir e reproduzir nossas existências, a saber: o modo dialético de produção da vida material. Para Marx, a verdadeira história dos homens se concretiza a partir de um movimento dialético que rege as relações estabelecidas na produção material, não a história idealista do “espírito do povo” defendida por Hegel e seus comentadores: novos e velhos hegelianos. O conceito de “proletariado” aparece mais tarde, quando as questiúnculas filosóficas menores foram abandonadas para dar lugar à análise objetiva da produção material que lhe garantiria um verdadeiro conhecimento sobre a dialética do modo necessário da produção da vida humana. Pois, foi pela via material, ao longo da evolução do homem, que se buscou a ampliação do sustento para a sua existência e da família. Essa busca só foi possível, Marx explica em linhas gerais, pelos modos de produção asiático, antigo, feudal e o capitalista no qual o conceito de proletariado aparece. Justifica-se este trabalho, o assunto proletário, hoje expandido e ainda pouco entendido, bem como a relevância que o autor tem na atualidade, tanto como esclarecedor para aqueles que o estudam, quanto para aqueles que tem somente o senso comum – deformado – como informação. Assim, ao final, se procura responder à questão inicial da gênese do conceito “proletário”, e se faz um comentário panorâmico sobre as ideias que o senso comum do brasileiro formou sobre o autor no período contemporâneo (2013-2022) e sobre do comunismo.

**Palavras-chave:** comunismo; família; filosofia; Hegel; Karl Marx; modo de produção; proletariado; proletário.

## ABSTRACT

This paper aims to find the first mention (the genesis) made by Karl Marx to the concept proletariat; in our view, the definition of this concept marks a turning point and, therefore, a change of directions in the formation of his intellectual trajectory. On this path, the research attempted to identify the common thread that guided Marxian studies, and found it, from the moment Marx was forced to answer questions of political economy - to which and for which, he first revealed, he did not have sufficient knowledge for adequate answers. However, these questions did not leave him, and this question haunted him for years, as it remained in his head, forcing him to study political economy in detail. The answers came in bits and pieces, and could only be answered completely after years of study, which unfolded into many works and a lot of knowledge. In his studies, with a specialized literature on the intersections of philosophy with anthropological and sociological data, he had as his primary discovery the way in which we organize ourselves to produce and reproduce our existences, namely: the dialectical mode of production of material life. For Marx, the true history of men is realized from a dialectical movement that governs the relations established in material production, not the idealistic history of the "people's spirit" defended by Hegel and his commentators: new and old Hegelians. The concept of "proletariat" appears later, when the minor philosophical quibbles were abandoned to give way to the objective analysis of material production that would guarantee him a true knowledge about the dialectic of the necessary mode of production of human life. For it was through the material way, throughout the evolution of man, that he sought to increase the sustenance for his existence and that of his family. This search was only possible, Marx explains in general terms, through the Asiatic, ancient, feudal and capitalist modes of production in which the concept of proletariat appears. This work is justified by the subject proletarian, today expanded and still little understood, as well as the relevance that the author has today, both as an enlightener for those who study it, and for those who have only common sense - deformed - as information. Thus, at the end, an attempt is made to answer the initial question of the genesis of the concept "proletarian", and a panoramic comment is made about the ideas that the Brazilian common sense has formed about the author in the contemporary period (2013-2022) and about communism.

**Keywords:** communism; family; philosophy; Hegel; Karl Marx; mode of production; proletariat; proletarian.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Iluminura da investidura de nobres em vassalos.....	31
------------	---	----

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO I .....</b>	<b>14</b>
<b>1 Primeiros estudos: materialismo empírico das ideias na ideologia alemã .....</b>	<b>14</b>
<b>2 Mudança de rumos: o pensamento prático .....</b>	<b>15</b>
2.2 Materialismo histórico dialético – o verdadeiro modo de produção da vida.....	15
2.3 A formação familiar.....	18
<b>CAPÍTULO II.....</b>	<b>21</b>
<b>1 A escolha dialética da produção da vida humana .....</b>	<b>21</b>
1.1 O modo de produção Asiático .....	23
1.2 O modo de produção Antigo .....	26
1.3 O modo de produção Feudal.....	27
1.4 O modo de produção Capitalista .....	32
<b>CAPÍTULO III .....</b>	<b>35</b>
<b>1 Discussão .....</b>	<b>35</b>
<b>2 Considerações finais .....</b>	<b>37</b>
2.1 Lacunas e possibilidades de novos estudos sobre o conceito de “proletariado”, Karl Marx e comunismo.....	39
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>40</b>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como premissa básica, a partir da afirmação primeira de Marx, a identificação mais primitiva da palavra “proletariado” e seu conceito nas indústrias da Inglaterra, França e Alemanha. Utilizaremos o marco temporal do século XIX (1801 – 1900) no qual Marx se insere como um intelectual que mudou a chave do pensamento filosófico, político e econômico da sua época e até os nossos dias, na busca da definição desse conceito: “proletário”. Nesse marco está inserido a produção intelectual que compõem os seus escritos para os *Anais Franco-Alemães* editados na França em língua alemã. A “Introdução” à crítica da filosofia do direito de Hegel, um estudo desenvolvido durante o segundo semestre de 1843, rendeu um artigo, “Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução, que foi publicado juntamente com “A questão judaica” no início de 1844. Na crítica ao pensamento político hegeliano, Marx fala pela primeira vez na formação de uma classe de trabalhadores destituídos dos seus meios de produção e que vendem a sua força de trabalho para a sua sobrevivência e de sua família; tal classe se mostra melhor representada pelo proletariado da grande indústria. No entanto, posteriormente nos seus estudos para a sua obra principal *O capital*, crítica da economia política (1867), Marx, fará, na forma de monografias, estudos mais profundos a respeito dos modos de produção. Tais estudos, estão reunidos no volume *Grundrisse* (1857-1858) e um deles trata das formações econômicas pré-capitalistas.

Para os estudiosos do pensamento marxiano essa “Introdução” à crítica filosófica ao direito de Hegel marca uma guinada nos rumos dos estudos do autor, uma vez que, antes, a sua preocupação estava mais afeita às críticas endereçadas à Hegel, aos novos hegelianos, Feuerbach entre outros no campo filosófico e, aos seus afazeres na Gazeta Renana, na crítica à política do Estado prussiano. Porém, nunca se esquecera dos interesses dos mais pobres e camponeses. Nessa troca de rumos de seus estudos, ele enveredou-se pelos caminhos da economia política; como nos diz ele

O primeiro trabalho que empreendi para esclarecer as dúvidas que me assaltavam foi uma revisão crítica da *Filosofia do Direito*, de Hegel, [...]. Nas minhas pesquisas cheguei à conclusão de que as relações jurídicas – assim como as formas de Estado – não podem ser compreendidas por si mesmas nem pela dita evolução geral do espírito humano, inserindo-se pelo contrário nas condições materiais de existência de que Hegel, à semelhança dos ingleses e franceses do século XVIII, compreende o conjunto pela designação de “sociedade civil”; por seu lado, a sociedade civil deve ser procurada na economia política (Marx, 2015, p.24).

No parágrafo acima, Marx estabelece o seu caminho definitivo pela frase: “o fio condutor de meus estudos”. A partir daí nasce os seus mais profícuos e profundos trabalhos teóricos sobre a economia política e intensifica a sua militância política a favor do proletariado do mundo, especialmente os trabalhadores da Europa.

O modo de produção da vida material é o marco, o ponto de partida, para Marx estabelecer a história material dos homens (Marx, 2015, p. 25) “Em caráter amplo, os modos de produção: asiático, antigo, feudal e burguês moderno podem ser qualificados como épocas progressivas da formação econômica da sociedade.”. E, explica dessa maneira, que as relações sociais de produção foi a mola propulsora da formação econômica e social, mas que tal progresso se fez às custas, ou a que permitiu a expropriação de uma classe por outra; a exploração de poucos ricos para com a imensa maioria pobre, expropriada dos meios de produção privada. Desse modo, este trabalho, procurará estabelecer a formação da família como ponto inicial da produção cooperativa como meio de sobrevivência e perpetuação da espécie humana, e que ao longo do caminho desenvolveu as relações sociais de produção – modo e produção – como elemento que possibilitou a criação das classes de opressores e oprimidos. Nesse viés, utilizaremos os argumentos de Freud (*O mal-estar na civilização*) como parâmetro para a discussão inicial da formação familiar como modo de se associar e construir a vida humana, mesmo sob condição de um elemento de contenção das pulsações para a felicidade. Para Marx, também, a formação familiar é um de seus principais pilares na construção dos seus argumentos que lhe possibilitou a formulação do método do materialismo histórico dialético como ponto de partida para o estudo dos modos de produção.

A importância do estudo desta matéria, bem como sua justificativa, dada a relevância do autor na atualidade, foi a maneira mais adequada encontrada para simplificar e, dessa maneira poder desmistificar, desvelando ideologias, numa tentativa de lançar um pouco de luz no que o senso comum pensa e fala no Brasil, nos últimos dez anos, sobre Karl Marx e o comunismo.

Na questão da metodologia utilizada nessa pesquisa, procuramos seguir os passos de Marx, que adotou em todos os seus estudos, a monografia como ferramenta para o entendimento de cada assunto estudado, estabelecendo dessa maneira o seu embasamento teórico que lhe fora necessário para discutir os assuntos econômicos e políticos de seu interesse; tais estudos foram transformados em obras. Porém, neste trabalho, de conclusão de curso de graduação, utilizaremos os fichamentos das obras estudadas ao longo do curso de filosofia, principalmente os das disciplinas relacionadas à política.

Nesse sentido, ao final, o objetivo é fazer uma discussão sobre a gênese do termo “proletariado” nas obras estudadas, tendo como base as origens na formação da família e dos seus meios de organização para produção da vida e sua perenidade: os modos de produção. Por fim, faremos uma breve conclusão deste trabalho e suas lacunas para novas pesquisas aos estudantes de filosofia, direito ou economia e, por último, um breve panorama das repercussões das ideias do autor no cenário brasileiro contemporâneo.

## CAPÍTULO I

### 1 Primeiros estudos: materialismo empírico das ideias na ideologia alemã

Marx, havia se formado em jurisprudência, porém, embrenhou-se pelos caminhos do jornalismo, filosofia e questões políticas; essas, micro política para os casos de sua vida social e macro política quando se tratava da unificação da Alemanha ou das questões filosóficas que os novos hegelianos, consciente ou inconscientemente, se dizendo de esquerda revolucionária, trabalhavam e serviam aos interesses da burguesia retrógrada alemã. No prefácio de *A ideologia alemã* (1845-46), Marx e Engels já iniciam uma crítica aos filósofos alemães: velhos e novos hegelianos que se voltam contra o sistema de Hegel, inclusive a Feuerbach (oposição entre as visões idealista e materialista) – “os industriais da filosofia”. No decorrer das páginas do livro eles continuam a sua crítica e fundamentam toda a sua teoria dialética materialista histórica. Desse modo, iniciam: eles (os industriais da filosofia), apenas são superficiais e analisam um único ponto, sem bases mais profundas e, em última instância, abandonam o sistema sem prestarem contribuições relevantes à filosofia. A filosofia alemã está imersa no atraso e, no entanto, se sentem como a vanguarda de um novo marco na filosofia. Na realidade, suas pretensões se coadunam com os desejos, intensões e pensamentos de poder – ideologia alemã – da burguesia.

Desse modo, os autores (Marx e Engels) atacam o materialismo empírico das ideias. Explicam que essa forma de pensar o inviabiliza, tornando-o incapaz de fomentar, a partir dele, uma revolução real e radical contra o sistema burguês. As suas críticas (deles) a Hegel se fez como se fosse no campo teológico-religioso, mas no fim voltaram-se todos para o culto do direito, e ao culto do Estado. Não combateram o mundo como realmente ele é, apenas o idealizaram, utilizaram fraseologias filosóficas, tornando as suas críticas inócuas e infrutíferas frente ao sistema do mundo burguês alemão. Em poucas palavras Marx resume a sua crítica aos jovens e velhos Hegelianos “ Nenhum desses filósofos teve a ideia de se perguntar qual era a ligação entre a filosofia alemã e a realidade alemã, a ligação entre a sua crítica e o seu próprio meio material” (MARX; ENGELS, 1987, p.10).

Assim, Marx e Engels tecem, a partir dessa crítica, uma explicação minuciosa do que é a verdade sobre a ideologia alemã. As condições materiais históricas que devem ser observadas na constituição de uma sociedade, os meios de vida real (subsistência), as relações de produção e o regime de exploração que são impostos aos homens nessa relação, amalgamado no Estado,

de cujo método o homem mediano não é ou nunca foi esclarecido. Entendem, por fim, que a deficiência do materialismo das ideias (idealismo) – Feuerbach – está na sua incapacidade de realizar-se enquanto força material. O trabalho do filósofo é transformar o mundo e não apenas idealizá-lo. Ao pensar desse modo, idealista, os filósofos alemães – somente eles, pois não há história do outro lado do Reno – se juntam aos burgueses e formam uma cadeia, num movimento que não traz nenhum resultado prático para as massa dos despossuídos – trabalhadores e pobres – perpetuando, dessa maneira, a ideologia alemã.

## **2 Mudança de rumos: o pensamento prático**

Por falar em ideologia – conjunto de ideias que servem de apoio a uma classe –, esse conceito sempre foi o que Marx mais criticou, mas também mais elaborou em suas obras, principalmente aquelas primeiras e, em especial, na introdução da crítica da filosofia do direito de Hegel (1844) e, também, no livro *A ideologia alemã*. Nesses escritos, os primeiros a serem construídos, marcou, inclusive, a mudança de trajetória do pensamento dos dois jovens filósofos alemães, que já haviam feito um primeiro acerto de contas com a filosofia alemã no livro de 1845, *A sagrada família*, no qual iniciaram a crítica ao movimento hegeliano de esquerda inspirado em Feuerbach, desde então, observamos os germes do materialismo histórico; já demonstrava a sua insatisfação com as condições de injustiça que viviam as populações pobres, catadores de lenhas e camponeses alemães e, principalmente com a formação de uma nova classe de explorados nas indústrias: **o proletariado**.

### **2.2 Materialismo histórico dialético – o verdadeiro modo de produção da vida**

A premissa da história para Marx e Engels é o homem, o homem vivo, dessa maneira todos os homens devem ter condições de viver para poder “fazer história”. No entanto, o homem foi compelido a produzir o seu próprio sustento sob pena de não satisfazer as suas necessidades essenciais – materiais –, tal se tornou um fato histórico; condição constituinte da história, mesmo que apenas um bastão fosse construído para facilitar a defesa ou a produção de algo em favor de sua sobrevivência. Nesse caso, o que se deve olhar é a grandeza da atividade material que a construção desse pequeno artefato envolveu; faz-se uma crítica aos alemães que não prestaram atenção a este fato fundamental em toda a sua extensão, o qual representa um fato na história terrestre, o mesmo não se pode dizer dos franceses e ingleses que deram às suas histórias a conotação materialista da história burguesa no comércio e na indústria.

Num segundo momento o desenvolvimento de artefatos e a satisfação de novas necessidades, faz disso uma continuidade da história material do homem. Um terceiro momento, Marx observa: constitui-se a partir da família na acepção natural e de suas relações sociais envolvida na cooperação e na conjunção de esforços de todos – forças produtivas – para consecução do objetivo de sobreviver; essa situação demonstra empiricamente um fato histórico. Por forças produtivas, Marx, elabora o quarto aspecto da produção material da história, feita pelos homens, como massa das forças produtivas. Outro aspecto que participa da construção da história é a consciência, não pura, mas explicitada por meio da linguagem, minha e do outro, que permitiu a relação social – um produto social. Desse modo, a consciência surge da necessidade da relação com o outro e com a natureza, marcando o começo da vida social – das sociedades gregárias. (MARX; ENGELS, 2019, pp 23-29).

A consciência social gregária desenvolve-se e aperfeiçoa-se a partir do aumento das necessidades da sociedade. e, conseqüentemente a necessidade de maior produtividade; nasce daí uma divisão social do trabalho baseada, primeiramente, no sexo e no vigor corporal. A divisão social acontece a partir do momento em que se separa o trabalho material (manual) do trabalho intelectual – consciência intelectual –, capaz de elaborar e pôr em prática teorias de dominação. Por este ângulo, a consciência se emancipa do mundo, pois se separa da prática antes existente como necessidade social e pôde se tornar uma consciência capaz de teorizar: fazer teologia, política, criar objeções morais e filosofia. Porém, a partir dessa emancipação, estabelece a contradição na religião, na moral e na política. Tal conflito se estabelece como reação à dicotomia entre relação social e forças produtivas. Esse conflito pode extrapolar para a esfera universal quando a contradição da consciência nacional entra em choque com os interesses produtivos de outras nações.

Os interesses antagônicos que a divisão do trabalho permitiu foi o motor do conflito, pois ele deu a alguns o “gozo” enquanto que para outros – a maioria – o trabalho para uma sobrevivência precária. Essas contradições tem seu início na formação familiar em que o ‘homem’ submete os filhos e a mulher a uma relação social baseada na divisão do trabalho. Essa relação os submete a uma condição semelhante ao do escravo – a livre disposição da força de trabalho do outro. Tais condições se reproduzem, além da divisão do trabalho, na propriedade privada – do escravo; o que é produzido não é repartido igualitariamente. A divisão do trabalho se estabelece, também, na contradição entre o interesse individual (familiar) e o interesse coletivo (bem comum). Os interesses são relações conflitantes entre o indivíduo e a comunidade, para além disso rompe as barreiras das fronteiras nacionais e estabelece-se no universal como relações concretas de dependências recíprocas; entre os quais o trabalho é

dividido e imposto; torna-se – o trabalho dicotomizado – uma face estranha para a coletividade trabalhadora.

A atividade (relação) social que se torna fixa, transforma a força de trabalho em algo objetivo, cuja força é a responsável pelo desenvolvimento histórico; o desenvolvimento histórico feito de contradições entre o interesse particular (indivíduo) e o coletivo são as formadoras do ESTADO – esse, uma força independente disfarçada de regulação dos interesses coletivos e os interesses reais dos indivíduos. (MARX; ENGELS, 2019, p. 20).

No Estado, é possível vislumbrar com base nos interesses das tribos e famílias o interesse subjacente de Classes Sociais. Essas, se antagonizam visando o poder político para prescrever e preservar os seus interesses próprios disfarçando-os como se do interesse coletivo, fossem. A força social produtora que nasce sob as condições do Estado, é, ao mesmo tempo, estranha aos indivíduos – baseadas na ilusão universal –, e tomadora das rédeas da vontade e da marcha universal – da história.

A alienação, ideologicamente arquitetada, que se provou estabelecida pelas condições da divisão do trabalho (manual e intelectual – separação cidade e campo), da divisão de classes e a constituição do Estado, só poderá ser superada se as condições de produção se estabelecessem universalmente e com a eliminação da expropriação das massas, subvertendo todas as relações de produção e seus intercursos, anteriores. O poder se revelará localmente, participante da comunidade e não na forma estranha e universal. Por seu turno, as forças produtivas e os intercâmbios mundiais devem obedecer aos esforços conjugados para o bem de todos. A abolição da propriedade privada dos meios de produção fará com que a força do mercado deixe de existir e eliminará a alienação do trabalhador, que verá diante de si não mais um produto estranho. O comunismo não é um Estado a ser criado, nem um ideal a ser perseguido como realidade, mas algo que supere o estado real das coisas como estão postas, um sistema que se movimenta e dita o movimento da história mundial por si só e independentemente dos interesses proprietários. O proletariado só poderá se estabelecer a partir da história Universal.

As formas de trocas condicionada pela produção, existente em toda a história da sociedade civil que tem o seu berço na formação familiar – simples e composta – é onde se desenvolve toda a história, presente nas relações materiais reais de determinadas forças produtivas – comércio e indústria – ultrapassando o Estado e a Nação. A sociedade civil tem como marco o século XVIII, quando as relações de propriedades se desligaram das comunidades antigas e medievais, e, se desenvolveu com a nascente burguesia. É nessa organização social que se estabelece o Estado, determina a produção, o comércio e a superestrutura idealista.

### 2.3 A formação familiar

Na abordagem geral do livro *O Mal-estar na civilização* (1930) de Sigmund Freud, observamos que a pergunta crucial é sobre se a cultura humana errou ou não o caminho; também Marx se indaga o tempo todo se o caminho adotado pela humanidade não está completamente equivocado quando faz da exploração de outro ser humano os degraus para sua existência opulenta.

Então, vejamos como Freud entende a evolução humana. Para ele o ser humano constituído de um ânimo e de um corpo possui características próprias singulares, pertencentes, até onde sabe a ciência, ao homem. O corpo humano foi praticamente dissecado e conhecido, trata-se, em uma análise genérica, de um organismo semelhante aos demais animais cordados que sobrevivem na terra. Por outro lado, o *Anima* ou a *Psiqué* é de uma complexidade fantástica. Essa complexidade fez com que ela pudesse ser estudada e avaliada, quase que incipientemente, nas épocas contemporâneas (do século XIX até o século XXI). No entanto, o pouco que se sabe já é de uma valia muito promissora para o entendimento dos sentimentos humanos, dentre eles: a felicidade, o desamparo, a angústia e sobre tudo (FREUD, 2020, p. 18) “a má consciência”.

Foi no entendimento de que a busca pela felicidade – bem estar –, aqui entendida como necessidade de sobrevivência, que o homem primitivo buscou trabalhar; como ele diz “Um sentimento só pode ser uma fonte de energia se ele próprio for expressão de uma forte necessidade” (FREUD, 2020, p.28). Buscou pelo trabalho a proteção e a perenização de uma vida mais tranquila e ordenada. Entendeu ainda que, aquele que era seu potencial inimigo, semelhante a ele, também buscava pela felicidade (Prazer = alimentação e abrigo) e fugia do sentimento perigo (Dor = fraqueza, abandono e desamparo). Associando-se ao outro, o homem primitivo conseguiu melhores condições de alimentação e abrigo. A colheita e a caça se tornaram mais produtivas, foi possível a construção e defesa de seus abrigos e os inimigos comuns podiam ser melhor enfrentados ou afugentados. Ainda, no outro, ele pôde satisfazer um dos seus instintos que lhe dava maiores prazeres instantâneos, a satisfação sexual. Desse modo, para esse autor (FREUD, 2020, p. 32) uma primeira conclusão é que “O que se tem, o que se percebe, é que a finalidade da vida é simplesmente o programa do princípio do prazer. Esse princípio governa o funcionamento do aparato anímico desde o início; (...)”. Dentre os prazeres do homem, os mais buscados são aqueles que contém altas doses de liberação das tensões.

A satisfação sexual foi um momento de aproximação de semelhantes que possibilitou a formação de pequenos grupos familiares. O homem, macho, satisfazia os seus instintos no outro – objeto amor sexual –, não mais de forma esporádica e pela qual tinha que, às vezes, lutar. A

mulher, fêmea, cuidava dos filhos, prole que nasce desamparada e precisa de cuidados. Não se nasce pronto. Além disso, a fêmea encontrou no macho um provedor de alimentação e segurança – abrigo e proteção – para si e para as crias. E, esses núcleos parentais foram crescendo e formando um agregado maior de seres humanos. Desse modo, a felicidade parece ter sido encontrada e reinara nas primeiras coletividades; aparentemente sem muita consciência de que isso seria uma busca pela felicidade. Isso nos oferece, no entanto, a certeza de que os instintos pela busca do prazer e a satisfação das necessidades, além da fuga da dor, são ali os elementos principais.

Apesar dessa associação trazer benefícios para a constituição das famílias, ela traz consigo de forma velada as limitações instintuais dos indivíduos (FREUD, 2020, p. 39): de não agressão e não apropriação dos objetos dos outros – sexual e instrumentais. Essa associação marca de maneira bem plausível a evolução cultural. São os primeiros passos da implementação de uma cultura dos agrupamentos humanos. É evidente, também, que as condições daquela época são dadas a nós por conjecturas antropológicas, essas regras podem não ser de fato verdades *ipsis litteris*, mas sim uma das possibilidades. Mas, de qualquer modo, esse primeiro passo do homem no sentido de se associar para garantir a sua sobrevivência e satisfação de seus instintos primevos são as condições iniciais do processo de evolução cultural (FREUD, 2020, p. 42) “(...) é indubitável que tudo o que buscamos para nos proteger da ameaça que vem das fontes do sofrimento é bem da alçada da cultura.”, pela qual foi uma das formas possíveis de sobrevivência e continuidade da espécie humana na terra. Freud chama a atenção para o segundo momento da evolução cultural. Esse sim, da maior importância para o processo evolutivo da cultura e para o estudo dos processos psicológicos. Tal processo se dá com a ruptura na hierarquia familiar, tirando a primazia da figura do pai como autoridade máxima ou tirânica de se portar diante dos mais vulneráveis, a mãe e os filhos. Essa tirania, provavelmente, poderia se dar na quantidade de afazeres que o macho tinha que realizar em prol do seu clã, como por exemplo, a ausência para caça, construção de instrumentos de trabalho e construção de defesas contra as forças da natureza. Desviando, assim, a energia para a afetividade voltada para os filhos e com diminuição do sexo, ou seja, os instintos começam a sofrer da falta de satisfação. Assim, a ruptura se dá a partir de um novo arranjo cultural, a união dos filhos contra o pai. Dessa união, resulta a morte do pai e a formação de um novo entendimento do poder no clã – família –, qual seja: a associação é mais poderosa do que o indivíduo. Aqui também nasce, segundo Freud, um dos problemas mais intrincados para a cultura. O que propicia a sua evolução cultural retroalimenta um sentido de insatisfação e negação da cultura. A partir daí (do segundo passo da evolução cultural), o processo cultural tornou-se dinâmico e evoluiu

constantemente, no entanto, mantendo ainda a sua característica principal de possibilitar ao homem sobrevivência, abrigo e proteção mantidos pelas relações sociais de reciprocidade. Assim, podemos resumir este pensamento da necessidade como motor de nossas ações, utilizando as palavras do autor:

É tempo de nos preocuparmos com a essência dessa cultura, cujo valor de felicidade é posto em dúvida. Não vamos exigir nenhuma fórmula que expresse essa essência em poucas palavras, ainda antes que nossa investigação nos tiver ensinado algo. Basta-nos, pois, repetir que a palavra “cultura” designa a inteira soma de realizações e normas que distanciem nossa vida da de nossos antepassados animais, nisso servindo a dois propósitos: a proteção do homem contra a natureza e a regulação dos vínculos recíprocos entre os homens. (FREUD, 2020, p. 44).

Porém, ainda, seguindo a opção pela qual a humanidade resolveu produzir a sua continuidade, o modelo de exploração nas relações sociais de produção se perpetuou. Para Tithi Bhattacharia no seu trabalho: O que é a teoria da reprodução social? há clara revelação do papel, da origem e em que e quais condições as famílias e, principalmente, da mulher tiveram, sofreram e sofrem nesse modelo de reprodução.

Olhando O Capital de Marx de perto, esses pesquisadores argumentam que a chave do sistema, nossa força de trabalho, é, na verdade ela mesma produzida e reproduzida fora da produção capitalista, num local “baseado em laços de parentesco” chamado família. (Bathachyara, 2013, p. 102).

Este excerto trata de uma análise contemporânea de Marx, mas o que pretendemos aqui é trazer um pouco das outras pesquisas que tratam sobre as condições de vida das famílias dos trabalhadores como reprodutoras das condições econômicas e que reforçam as ideias marxistas contemporâneas sobre classes e gênero. Nesse sentido, o sistema, desde os primórdios, reduz a mulher a uma condição de reprodutora dentro das relações sociais e de produção. Produção de bens e serviços se entrelaçam com a reprodução da vida.

## CAPÍTULO II

### 1 A escolha dialética da produção da vida humana

O principal interesse humano é a sobrevivência. E, para tanto, precisa satisfazer as suas necessidades essenciais – básicas. Assim, nos diferenciamos dos demais animais menos pela capacidade de raciocínio do que pela capacidade de produzir nossos meios de vida. Construímos artefatos para produzir alimentos, transformá-los e armazená-los garantindo a nossa continuidade existencial. Não obstante, os dados antropológicos informam que os homens da pré-história – história linear – nos dão conta de que a base da alimentação daqueles eram flores, frutos, raízes – coletores –, e carne de caça, semelhantemente aos demais seres animais (VANDERMEULEN, 2020, p. 49). Nesse raciocínio, uma outra afirmação antropológica nos remete à capacidade do ser humano de estabelecer relação social pelo cooperativismo para se alimentar, proteger-se e procriar. Assim, Robsbawn afirma

No começo, diz Marx, "o relacionamento do trabalhador com as condições objetivas de seu trabalho é de propriedade; esta constitui- a unidade natural do trabalho com seus pré-requisitos materiais (*sachliche*)" (p. 65). Sendo um animal social, o homem desenvolve tanto a cooperação como uma *divisão social do trabalho* (isto é, especialização de funções) que não só é possibilitada pela produção de um *excedente* acima do que é necessário para manter o indivíduo e a comunidade da qual participa, mas também amplia as possibilidades adicionais de geração desse excedente. A existência deste excedente e da divisão social do trabalho tornam possível *a troca*. Mas, inicialmente, tanto a produção como a troca têm, como finalidade, apenas, o *uso* — isto é, a manutenção do produtor e de sua comunidade. Estes são os elementos analíticos principais em que a teoria se baseia e constituem, na realidade, extensões ou corolários do conceito original do homem como um animal social de tipo especial. (MARX, 1985, pp. 16-17 ).

Desse modo, a história só foi, e é possível, pela existência do homem vivo e sua capacidade de se relacionar socialmente, dividir o trabalho e produzir artefatos no intuito de produzir vida material.

Nos trabalhos realizados para elaboração de sua obra principal “O capital”, Marx elaborou vários estudos sobre a evolução na forma pelos quais os seres humanos se organizaram para a produção da vida e, tais trabalhos, contemporâneos foram reunidos em *GRUNDRISSE* e, num desses estudos está *Formen die der Kapitalistischen vorhergehen* (Formações Econômicas Pré-Capitalistas) que enfrenta a questão da evolução histórica da formação pré-capitalista, um problema que muitos criticavam por não concordarem com as bases bibliográficas utilizadas, como por exemplo, a obra de Lewis Henry Morgan – antropólogo e etnólogo norte americano.

No entanto, Hobsbawm em sua introdução à edição brasileira daquela seção dos *Grundrisse* (Formações Econômicas Pré-Capitalistas) faz a seguinte afirmação:

O presente trabalho não representa apenas — como o próprio Marx escreveu orgulhosamente a Lassalle (a 12 de Novembro de 1858) — "o resultado de quinze anos de pesquisas, ou seja, dos melhores anos da minha vida". Não somente nos mostra Marx no máximo de seu brilhantismo e profundidade: é, também, sob vários aspectos, sua mais sistemática tentativa de enfrentar o problema da evolução histórica e complemento indispensável do *Prefácio da Crítica da Economia Política*, escrito logo após e que apresenta o materialismo histórico em sua forma mais rica. (MARX, 1985, p. 14).

Não obstante, estas formas de organização para a produção material dos seres humanos é pouco difundida ou até mesmo não conhecida, mas representa um necessário conhecimento da evolução histórica dos principais modos de produção – produção material da vida – que, também, neste trabalho, faremos um breve relato dos modo de produção asiático, do modo antigo ou clássico, do feudal e na era contemporânea do capitalismo. Nesses, a associação de interesses na sobrevivência, na busca e na necessidade de proteção se interconectam com uma forma comum de se organizarem; a organização social do trabalho tendo como base a separação do trabalho, ou seja, a divisão do trabalho é o elemento comum de todos os sistemas. Outra característica é o aparecimento de um órgão regulador, não natural, mas idealizado pela razão humana, o Estado, cuja constituição se caracteriza por assumir diferentes formas ao longo das gerações e em períodos determinados, seja na forma de um conselho tribal no modo de produção tribal, no patriarcado das famílias, na figura do imperador no sistema antigo de produção, do rei e seu conselho no feudalismo e por último na forma de Estado composto pela sociedade civil, pela jurisprudência, pela religião – cultura – e pelo controle da economia política, componentes da superestrutura capitalista. Assim, podemos observar diretamente na citação abaixo:

O primeiro trabalho que empreendi para esclarecer as dúvidas que me assaltavam foi uma revisão “Crítica da Filosofia do direito de Hegel”, trabalho cuja introdução apareceu nos Anais franco-alemães, publicado em Paris em 1844. Nas minhas pesquisas cheguei à conclusão de que as relações jurídicas, assim como as formas de Estado, não podem ser compreendidas por si mesmas, nem pela dita evolução geral do espírito humano, inserindo-se pelo contrário nas condições materiais de existência de que Hegel, à semelhança dos ingleses e franceses do século XVIII, compreende o conjunto pela designação de “sociedade civil”; por seu lado, a anatomia da sociedade civil deve ser procurada na economia política. Tinha começado o estudo desta em Paris, continuando-o em Bruxelas. A conclusão geral a que cheguei e que uma vez adquirida, serviu de fio condutor dos meus estudos, pode formular-se, resumidamente assim: na produção social de sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual

correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência. (MARX, 1983, p. 24).

Desse modo, na procura de uma maneira de produzir que pudesse permitir-lhes a sobrevivência e a melhoria das condições de vida, os seres humanos se organizaram – sob a perspectiva da visão materialista –, nos sistemas de produção mais comumente estudados que são relatados a seguir.

### 1.1 O modo de produção Asiático

Anteriormente, numa sociedade primitiva, a produção de vida material tinha uma conotação mais cooperativista e a distribuição do excedente – caso houvesse – se dava entre os integrantes aparentados e os visitantes nas celebrações de festas. Não havia, ainda, a ideia do aprisionamento do excedente por qualquer um que fosse privilegiado na hierarquia da sociedade primitiva. Nem mesmos aqueles sábios (anciãos) que decidiam os conflitos internamente ou realizavam funções em prol do interesse comum. Também não existiam as cercas nas terras produtivas; no máximo, havia um rodizio das terras para que todos tivessem a oportunidade de, temporariamente, produzirem igualmente, durante o tempo que permaneciam naquela região. Essas afirmações podem ser comprovadas nas palavras, escrita na tese de doutorado, de Júlio César Ribeiro, conforme a seguir:

Procedimento que leva Hobsbawm (1975, p. 22) a desautorizar opiniões que queiram fazer das *Formen* simples obra de dedução, defendendo-a como resultado de intensa observação.

Tal obra traz à luz o fato de que a sociedade primitiva ou a “*formação primária*” da sociedade humana possuía relações internas que, de forma nada aleatória, porém combinada e coordenada administrativamente pelos reverenciados como os mais sábios (velhos), lhes permitiam avançar na sua “ruptura” com a natureza e ingressar na “*história dos homens*” mediante a apropriação comunitária do mundo.

Assim sendo, em comum acordo com a ideia apregoada de se estruturarem como sociedades possuidoras de contradições não-antagônicas ou sociedades sem classes sociais<sup>4</sup>, quaisquer diferenciações internas havidas, como os prestígios e direitos garantidos por quantidades maiores demulheres, advinham do reconhecimento do esforço e da dedicação em prol dos interesses comuns, em tarefas por poucos levadas a cabo, por serem mais danosas e penosas. [...]. Inexistiam nessas estruturas sociais situações privilegiadas de propriedade (proprietário), poder (potentado) ou mistificação (reitor).

Os “maiores” ou os chefes poderiam até possuir alguns direitos a mais. No entanto, eles decorriam dos deveres maiores prestados, de tarefas não tão impossíveis de serem executadas por outros candidatos à titularidade; o que tornava as proficiências e a *hierarquia* bem mais instável nessas sociedades não-capitalistas<sup>5</sup>. (RIBEIRO, 2011, p. 26).

No entanto, ao se perder a qualidade da sociabilidade que permeia e entrelaça os indivíduos de uma comunidade comunista primitiva, o que geralmente ocorre com a formação de aglomerações sedentárias, nos diz Ribeiro (2011), acontece a transição para uma formação social secundária baseada na divisão de classes enlaçada na propriedade privada e como consequência, desastrosa, diga-se de passagem, a apropriação do excedente por alguns: “Mudando-se a base material da produção altera-se a imaterialidade superestrutura reguladora das sociedades. Modificam-se as espacialidades, noutras palavras”. Dessa forma, os modos de produção selecionados e descritos a seguir estão baseados nessa modificação espacial de produção para a vida humana, ou seja, na invenção da propriedade privada.

O modo de produção asiático tem origem, segundo Godelier (1972, p. 20), a partir do desenvolvimento das comunidades primitivas – ligadas por sistema de parentescos – na agricultura, pecuária e artesanatos, evoluindo em novas formas de produção:

Su evolución está ligada al desarrollo de nuevas formas de producción: agricultura, ganadería, artesanía, y avanza en dos sentidos, el de la extensión e de la posesión y de la propiedad individual de los bienes por una parte y, por la otra, el de la transformación de los antiguos lazos familiares (15). En el curso de esta evolución aparece el modo de producción asiático. (GODELIER, 1972, p. 20).

O desenvolvimento econômico em questão propicia o aparecimento do excedente de produção, fruto de organização mais complexa e da divisão do trabalho entre agricultores e artesãos. Essa associação, fazia das comunidades autosuficientes e produtora, de modo, incipiente – produtor de alimentos – de um excedente. No entanto, esse excedente nesse modo de produção é apropriado por uma classe que se estabelece como um organizador e catalizador das aldeias num sentimento social de pertencimento a um Estado. Estado esse, poderia ser representado por um chefe maior em poder – representantes de famílias – , em um rei ou um Faraó. Por conseguinte, pode-se estabelecer como pertencentes a este modo de produção: Egito Antigo; Pérsia, Índia, China Antiga, Somália etc.

O trabalhador tinha nesse regime de organização social, política, econômica e religiosa a atribuição de produzir para sua sobrevivência e da comunidade, além de pagar um imposto – o excedente da produção – para o Estado. Ainda, nesse regime, o Estado era o detentor do poder sobre os aldeões, que não eram escravos, pois detinham a posse coletiva da terra, porém não detinham a sua propriedade particular, uma vez que, pertenciam ao grupo organizador dominante. Desse modo, produzia para o seu sustento e do Estado – figura centralizadora, organizadora, democrática ou despótica – responsável pela religiosidade de levar prosperidade nas boas safras da agricultura, além do poder coercitivo de enviá-los, nas entressafras, para a

realização de obras de canalização, esgotamentos de alagados e outras obras de construção de edifícios e monumentos, onde a capacidade individual era insuficiente para realizar a tarefa. Na produção agrícola não subsistia a figura do escravo, pois a posse da terra estava destinada aos agricultores para nela trabalharem e pagarem o tributo ao Rei. Os escravos, existiam, em abundância, porém estavam ligados às tarefas nos palácios e aos trabalhos nas minas, por relação coercitiva ou de castigo para pagamentos de penas ou pessoas de outras formações aldeãs que foram derrotados nas invasões por outras comunidades.

Economicamente, não havia produção para um mercado, pois não havia moeda como um instrumento de valor e de troca. Além disso, a economia se baseava na produção agrícola e na artesanaria, tornando a economia como natural ou a troca de um alimento por outro e mesmo os tributos devidos à organização estatal era baseada na entrega de grãos. Essas trocas ocorriam no espaço de aldeias dispersas e descentralizadas. Porém, podiam ser trocados ou comercializados pelos nobres detentores do excedente, caracterizado por um mercado intercomunitário ou exterior.

Politicamente, a sociedade asiática tinha uma estrutura rígida de estratificação –na Índia: as castas – baseada num Faraó, personificação de um deus; os sacerdotes responsáveis pela interseção juntos aos deuses para livrar os reis e o povo da fome e das doenças, os militares responsáveis pela segurança do reino, os funcionários responsáveis pela coleta dos impostos e contabilização dos recebimentos e gastos, os agricultores e artesãos responsáveis por produzir alimentos e às vezes trabalhar em obras do Estado e os artesãos que fabricavam os artefatos para agricultura e ou equipamentos bélicos. Por último, os escravos que trabalham nos afazeres domésticos dos palácios e nos serviços forçados das minas. Menos na agricultura, pois aí está o campesinato.

Segundo André Guimarães Augusto (2015, p. 11), para Marx, em suas reportagens jornalísticas para o *New York Daily Tribune* sobre a exploração da Índia pela Inglaterra, o que caracterizou na realidade esse modo de produção - o único fora da Europa Ocidental – , foi:

Nesses textos Marx coloca como ponto determinante das formações orientais a centralização governamental decorrente das condições geográficas que impunham a necessidade de obras de irrigação para a agricultura (Marx; Engels, 1979, v. 12, p. 127). A essa característica do Oriente se adicionaria a união da agricultura e manufatura doméstica, com o comércio disperso e aglomerado em pequenos centros (Marx; Engels, 1979, v. 12, p. 128). A conjunção do governo centralizado com a função econômica de prover obras públicas e a união entre agricultura e manufatura nas unidades produtivas teria resultado no sistema de aldeias (Marx; Engels, 1979, v. 12, p. 128). Esse sistema de aldeias traria como consequência o “despotismo oriental”, um governo central pairando acima das aldeias com total domínio sobre estas. (AUGUSTO, 2015, p. 11).

O modo de produção asiático – período de formação econômica de uma sociedade –, pode ser caracterizada, em última análise, socialmente: foi uma sociedade baseada nas relações de produção de poder dos representantes do Estado – Faraó, Sacerdotes e Militares – sobre as classes dos agricultores, artesãos pagadores de impostos e, os escravos que eram obrigados, coercitivamente, a trabalhar em condições precárias de saúde nas minas; era estratificada, não permitia a transposição de uma classe a outra, a exploração era feita diretamente de uma comunidade por outra pela apropriação do excedente da produção; caracterizou-se politicamente e socialmente como politeísta despótica.

## 1.2 O modo de produção Antigo

O modo de produção antigo, caracterizou-se por ser o início do sistema de formação econômica ocidental – o modo de produção do mundo Greco-Romano. A história antiga clássica era baseada nas cidades de “gentes” – no caso romano – daqueles que possuíam propriedades e, era também, baseada economicamente na agricultura. Ainda existia a ideia de parentesco na sua organização social, porém sem a necessidade de consanguineidade, o elo, portanto, era de homens livres. Para Marx (1985, p. 69)), “O segundo sistema que emerge da sociedade primitiva – “produto de uma vida histórica mais dinâmica” – faz aparecer a *cidade* e, através dela, o modo antigo, uma sociedade expansionista, dinâmica, mutante”. Por outro lado, caracterizou-se também pela presença da escravidão como um bem móvel. A capacidade e o aumento das necessidades por um lado e a institucionalização da propriedade privada de terras por outro, levaram as relações sociais de uma exploração do homem pelo homem baseada na rigidez de classes sociais – patrícios e escravos. Tais classes se estabelecem e se caracterizam pelos poucos proprietários e muita terra para trabalhar, onde só as mãos dos proprietários não seriam capazes de produzirem o excedente, e, de outro os que trabalham, sem salário e nenhum direito ou conforto, o escravo. A institucionalização da escravidão ou a obtenção do escravo se dava pelo aprisionamento em guerras ou por dívidas. Nas guerras o Estado recebia os prisioneiros como escravos e os cedia aos nobres, nas dívidas o cidadão inadimplente se tornaria escravo do seu credor.

Outro fato importante, nos lembra Marx, é o estabelecimento das cidades como unidade política, econômica e social. As cidades não eram apenas um amontoado de casas, mas um emaranhado de complexos movimentos de relações de riquezas comerciais propiciadas pela produção do excedente, senão, vejamos o que ele nos diz:

A concentração na cidade proporciona à comunidade como tal a existência econômica; a mera *presença* da cidade é, em si mesma, algo diferente da simples multiplicidade de casas separadas. Neste caso, o todo não consiste apenas na reunião de suas partes isoladas: é uma forma de organismo independente. (Marx, 1985, p.75).

[...] O proprietário privado da terra é, portanto, simultaneamente, um cidadão urbano. Economicamente, a cidadania pode se expressar simplesmente como uma forma na qual os agricultores vivem na cidade. (Marx, 1985, p. 76).

Se há cidades, há comércio, pois a produção não se restringe mais à sobrevivência, o excedente deve ser comercializado como riqueza na sua forma de acumulação. Entra em cena os comerciantes estrangeiros e artesãos. Porém, são pessoas sem a capacidade de ascender na classe de cidadão, pois o ofício de artesão e o comerciante urbano eram pouco valorizados em termos da relação de produção, uma vez que, só os detentores de terra e produtores de alimentos, pela mãos dos escravos, era da soberana agricultura como propriedades dos nobres, o domínio dos cidadãos. Desse modo, o cidadão não valorizava as atividades que não estivesse ligado à terra e restava aos libertos e estrangeiros, não cidadãos, os trabalhos desenvolvidos por aqueles que não podiam ser admitidos na cidadania. A posse privada da terra ou a concessão do Estado para nela trabalhar, oferecia ao cidadão (gentes e patrícios) a ideia de uma estirpe nacional, que deveria ser perpetuada, concedendo a eles a ideia e o *status* de pertencimento.

Não obstante, essa estratificação social rígida, que impedia a passagem de um elemento de uma classe social para outra, de uma elite de governantes em que só participavam os cidadãos e, um grande número de escravos que pouco consumia, provocava por sua vez, uma limitação econômica. Essa, constituidora de um movimento intrínseco de mudanças levadas pela necessidade de novas formas de relação de produção que se traduzissem em maior flexibilidade e consequente produtividade. Dessa forma, estava aberta a porta para lenta mudança rumo a um novo regime produtivo, o feudal.

### 1.3 O modo de produção Feudal

“O desenvolvimento feudal já estava no ar do império romano tardio.” (Max Weber).

Alain Guerreau afirma que é um erro reduzir o entendimento do feudalismo a uma relação única de um senhor que explora, pela violência, o camponês (servo). Não há somente um rico possuidor de terras e um pobre servo ligado à terra indefinidamente, como se pertencesse a ela. Assim, ele explica “(...) el *dominium* és una relación mucho más compleja, polimorfa e

plurifuncional que el antagonismo caricaturesco acabado de evocar”. Hilário Franco Júnior (1985, p. 8) afirma algo que coincide com o exposto acima, a análise desse sistema histórico não pode ser, nem de longe, considerado ou mencionado como um período de relações simplistas entre servos, clérigos e senhores. Na introdução de seu livro “O Feudalismo” ele observa:

No uso popular, no senso comum, o Feudalismo é sinônimo de anarquia política, de exploração pura e simples de camponeses por clérigos e guerreiros, de barbarismo e ignorância generalizadas. Nossa pretensão é tão somente amenizar esta visão simplista sobre o Feudalismo, tentando mostrá-lo como uma sociedade histórica, isto é, a única possível para o seu tempo, herdeira do passado romano-germânico e preparadora de uma nova sociedade, a capitalista. (FRANCO JR, 1985, p. 8).

Marx (2015, p. 25), observa na introdução da contribuição à crítica da economia política que nenhuma sociedade aparece sem ter vencidos todas as suas etapas de desenvolvimento, e portanto, num processo dialético tenha atingido o máximo de suas contradições. Além disso, em virtude de todos os problemas criados em seu bojo, essa mesma sociedade já possui intrinsecamente a sua solução.

Uma organização social nunca desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela é capaz de conter; nunca relações de produção novas e superiores se lhe substituem antes que as condições materiais de existência desta relações se produzam no próprio seio da velha sociedade. É por isso que a humanidade só levanta os problemas que é capaz de resolver e assim, numa observação atenta, descobrir-seá que o próprio problema só surgiu quando as condições materiais para resolvê-lo já existiam ou estavam pelo menos, em via de aparecer. (MARX, 2015, p. 25).

Conforme tal raciocínio, Hilário Franco Júnior identifica em Marx e Weber concordaram com o fato de que uma sociedade produtiva se estabelece – nasce – a partir do esfacelamento – morte lenta – de sua antecessora, que lhe oferece as condições para uma nova dimensão social e que no seu desenvolvimento criou as condições de sua destruição e prepara-se para oferecer as novas possibilidades de surgimento de um novo sistema social.

Não foi diferente com o sistema do Feudalismo. Dada a derrocada do império romano do ocidente (séc. III), já cambaleante pelas próprias condições de introdução de elementos sociais e políticos de outras sociedades no seu seio como forma de sobrevivência, mas que lhe dava somente um alívio passageiro, viu-se em dificuldades no âmbito social interno – revoltas causadas pela fome e miséria–, política com suas colônias em constante conflitos que provocavam a fuga para o campo dos nobres – patrícios detentores de terras – deixando as cidades, num processo de ruralização da sociedade.

A fuga para o campo forçou os nobres a modificarem, sem deixar de enrijecer a hierarquia social, o seu sistema produtivo, antes baseado no mão-de-obra escrava.

De fato, as crescentes dificuldades em se obter tanto mão-de-obra escrava (devido aos problemas de abastecimento) quanto livre (devido ao retrocesso populacional) punham em xeque as possibilidades de o grande proprietário explorar suas terras proveitosamente. (FRANCO JR.,1985, p. 11).

Já não podia alimentá-los e muito menos exigir deles que trabalhassem no mesmo regime, então foram obrigados a doarem terras para estes escravos a fim de que continuassem produzindo para os seus senhores, mas numa nova relação social. Também, uma outra classe de homens pobres e livres se juntou aos antigos patrícios para produzirem. Além disso, um sistema intermediário surgiu com alguns senhores de terras – germânicos – se tornaram sujeitos a um determinado senhor em troca de proteção, esses foram observados por Marx (sistema comunal germânico) e por Godelier:

Como, en otros tempos, los campesinos galos, tuvieron que transferir la propiedad de sus tierras, poniéndolas a nombre de señor feudal, su patrono, de quien volvían a recibirlas en arriendo bajo sob formas diversas y variables, pero nunca de otro modo sino a cambio de prestar servicios y de pagar un censo; reducidos a esta forma de dependencia, perdieron poco a poco su libertad individual, y al cabo de pocas generaciones, la mayor parte de ellos eran ya siervos.. (GODELIER, 1972, p. 28).

Assim, a massa de produtores para o sistema feudal foi composta de escravos semi-libertos, homens pobres livres e pequenos proprietários de terras submetidos a um nobre possuidor de terras. Por essa forma, estabeleceu-se um novo modo de relações sociais para produzir economicamente a subsistência de todos. O novo sistema, a divisão das terras foi concebida da seguinte maneira: a) a reserva senhorial em torno de 40% da propriedade era trabalhada pelos servos alguns dias da semana – a corvéia - a título de remuneração ao senhorio e, b) os lotes cultivados pelas famílias dos colonos eram destinados à subsistência deles e pagavam ao senhor uma taxa, em alimentos, pelo usufruto da terra, além de outras taxas para usarem o moinho ou realizar algum ato civil – casamento com pessoas de outro feudo.

Politicamente, com o estabelecimento na Europa ocidental dos reinos germânicos (séc. V e VI) que se associaram aos antigos nobres - patrícios – romanos formaram uma nova estrutura política. No entanto, as grandes distâncias e o despovoamento de grandes áreas contribuiu para um afrouxamento ou uma fragmentação do poder central e, com isso a fragilidade na relação de poder. Assim, muitas das responsabilidades do poder público foi transferido, quase que, naturalmente para as mãos dos proprietários de terras. Essa causa obrigou também aos senhores possuidores de terras – feudos – a manterem um guarda particular para defesa de invasões e saqueadores.

Outro fator político, marcadamente um dos mais importantes, foi a clericalização da sociedade, ou seja, um novo elemento muito forte politicamente que mudou completamente a mentalidade do ocidente, a cristianização européia. O cristianismo, a partir de sua oficialização pelo o imperador Teodósio em 390 d. C. – religião oficial do império romano, estabeleceu-se como única e definitiva intermediadora da alma humana. Essa mudança psíquica do homem, serviu igualmente a reis, nobres e ao próprio clero como elemento definidor da manutenção e do desenvolvimento ideológico do sistema. Essas, estabelecidas como classe dominante e sem precisar trabalhar, e a outra como a classe que trabalha para sustentar todos, pois o trabalho dignifica o homem – sofrimento (trabalho) e resiliência para purgar os pecados terrenos – e dessa maneira pode almejar o paraíso. Para o professor Hilário as palavras a seguir revela o nível da estruturação social ideologizada do sistema:

Nas palavras de um bispo do século XI, Adalberon de Laon, “o domínio da fé é uno, mas há um triplo estatuto da Ordem. A lei humana impõe duas condições: o nobre e o servo não estão submetidos ao mesmo regime. Os guerreiros são protetores das igrejas. Eles defendem os poderosos e os fracos, protegem todo mundo, inclusive a si próprios. Os servos por sua vez têm outra condição. Esta raça de infelizes não tem nada sem sofrimento. (...) Fornecer a todos alimentos. Nenhum homem livre pode viver sem eles. (...) A casa de Deus que parece uma é portanto tripla: uns rezam, outros combatem e outros trabalham. Todos os três formam um conjunto e não se separam: a obra de uns permite o trabalho dos outros dois e cada qual por sua vez presta seu apoio aos outros”. (FRANCO JR., 1985, p. 34).

No séc. XI, quando o Feudalismo estava estruturado na sua forma mais plena, podemos observar a mudança dos escravos e homens livres para a condição de servos estabelecidos como a mão-de-obra do sistema e os senhorios. Esses, contavam com a estruturação de uma parte militarizada do feudo que tinha a orientação para defesa do senhorio e das igrejas e a sujeição dos colonos-servos, em razão das tensões que já se observava no sistema. Importa notar que essas transformações sociais ocorre em extratos dominantes e de hierarquia rígida da nobreza. Os nobres: reis, nobres proprietários, nobres investidos de vassalos, militares e clero são oriundos da classe dominante sem a participação dos servos, que estavam ligados à terra. Para ilustrar esse movimento ideológico, vamos utilizar a análise de uma iluminura abaixo.

**Figura 1**–Iluminura da investidura de nobres em vassallos



Fonte:<https://formacaohistorica.blogspot.com/2018/09/aspectos-gerais-do-feudalismo.html>. Acesso: 05/01/2023.

Observa-se, já de antemão, a não presença de um servo, mas da celebração de um contrato – era impossível para os servos e o senhorio, pois não se tratava de pessoas iguais, ou seja, não possuíam parentesco ou uma ligação artificial entre iguais. A necessidade de relações artificiais entre os nobres, para a sustentação do senhorio, leva-os ao contrato que é explicado por Franco (1985, p. 44): “Por sua vez, a relação entre nobres, baseada na igualdade, fundamentava-se no contrato feudo-vassálico.”. Tal contrato, mostra-se solene pela força da imagem, tal qual apresentado na figura do ato da “Homenagem”, resta ainda mais dois atos, o do “juramento da fidelidade” e o último o da “investidura do direito (feudo)”. Assim, os dois personagens principais aparecem em primeiro plano, o senhorio que está sentado, usa um capelo (chapéu), símbolo de autoridade e tem as vestes na cor vermelha que representa o poder máximo do Espírito Santo, portanto, capaz de investir de poder outra pessoa. O investido é o vassalo que está ajoelhado perante o seu senhor, portanto em sinal de submissão e suas mãos estão entre as do senhor, representando a sua submissão, mas com a necessidade de ser protegido. A identificação do vassalo se faz, ainda, pela cor da vestimenta, marrom cor da terra, símbolo da humildade. Há ainda uma terceira pessoa de tamanho reduzido o que denota a sua inferioridade em relação aos dois protagonistas da cerimônia, mas ao que parece, redige o contrato que ora

se celebra. No entanto, o contrato escrito não era um fato comum na época “(...) realizado diante de testemunhas mas poucas vezes colocado por escrito” (FRANCO JR, 1985, p.44)<sup>1</sup>.

As relações sociais no feudalismo brotam da base econômica do sistema. Como base produtiva, o Feudalismo dependeu, inicialmente de uma forte tendência para a agricultura de subsistência e de suas indústrias manufatureiras domésticas. Por outro lado, no seu desenvolvimento, mesmo continuando um sistema agrário, passou a não ser exclusivamente de subsistência; havia troca de excedentes por outros produtos não cultivados ou produzido em outro determinado feudo. Desse modo, a sociedade feudal foi um sistema agrário, militarizado, localizado, estratificado socialmente e, ao mesmo tempo, uma sociedade clerical que controlava o tempo sacralizado pelas orações, expurgava os profanos, interferia nas relações sociais e nos valores culturais daquela época. O monopólio do ensino pela igreja permitiu a reprodução ideológica do sistema, por vários séculos. Embora, Marx Weber (2004, p. 141) se refira a outra era e a outro modo de produção, podemos observar como o poder do cristianismo, seja católico, luterano ou calvinista permaneceu como base formadora do caráter do povo que nasce, vive e morre sob a égide do ocidente cristão; senão, vejamos:

Para discernir o nexo entre as concepções religiosas fundamentais do protestantismo ascético e as máximas da vida econômica cotidiana, é preciso antes de mais nada recorrer àqueles textos teológicos que manifestamente nasceram da práxis pastoral da cura das almas. Pois numa época em que o pós-morte era tudo, em que a posição social do cristão dependia da sua admissão à santa ceia e em que – como mostra cada consulta que se faz a coletânea de *consilia, casus conscientiae etc.* – a atuação do líder religioso na cura das almas, na disciplina eclesiástica e na pregação exercia uma influência da qual nós modernos simplesmente *já não somos mais capazes de fazer a menor ideia*, os poderes religiosos que se faziam valer *nessa práxis* foram plasmadores decisivos do “caráter de um povo”. (WEBER, 2004, p. 141).

Portanto, o Feudalismo possuiu, em toda a sua existência a dominação de uma classe – detentora dos meios de produção da vida material e espiritual – em relação à outra – pobre, escrava e despossuída desses meios. Essa relação social de produção como em todos os outros modos de produção, é fonte de geração de conflitos.

#### **1.4 O modo de produção Capitalista**

Para Marx, a exploração de determinadas forças de trabalho – escravo, servos, operários – sempre foi a tônica dos modos de produção, esses se baseiam na propriedade privada dos meios de produção, sejam eles terra, ferramentas ou maquinaria, sempre possibilitaram que

---

<sup>1</sup> Ao fundo, na iluminura reproduzida na p. 31, a cor azul representante da nobreza francesa.

poucos que não trabalham sujeitem muitos que são obrigados a trabalhar – produzir. E, essa lógica se aplicou no sistema capitalista de produção nua e crumentemente com a utilização do contrato de trabalho assalariado. Todavia, não escapou da expropriação de uma classe por outra, como nos diz Marx (MARX; ENGELS, 2015, p. 63) “A moderna sociedade burguesa, saída do declínio da sociedade feudal, não aboliu o antagonismo de classe. Limitou-se a colocar novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta, no lugar das anteriores”; o novo cenário sócioeconômico deu contornos definidos para a nova sociedade:

A nossa época, a época da burguesia, distingue-se, contudo, por ter simplificado os antagonismos de classe. Toda a sociedade está dividida, cada vez mais, em dois grandes campos hostis, em duas grandes classes em confronto direto: a burguesia e o proletariado. (MARX; ENGELS, 2015, pg. 63).<sup>2</sup>

Dessa maneira, o sistema capitalista moderno, reduziu e simplificou-se a dois conceitos principais: a) a burguesia, detentora privada dos meios de produção – empregadores; e, b) o proletariado, vende a sua dignidade como força de trabalho remunerado, sua única moeda de troca.

Nessa relação social, base do sistema, observa-se o antagonismo entre as classes sociais – como observou Marx, acima –, em que um pretende explorar o trabalho do outro ao máximo, enquanto o outro quer trabalhar o mínimo possível para a sua sobrevivência. Por esse ângulo, a mais valia é uma maneira – forma – mais simples e eficiente de extrair o máximo de trabalho para alimentar – alicerçar – o acúmulo de capital; esse mecanismo permite que o trabalho realizado e não pago, por exemplo: horas extras não pagas, forme a condição da mais valia absoluta. Por outro lado, a mais valia relativa acontece quando são inseridas na linha de produção máquinas mais aperfeiçoadas que exige do operário maior rapidez, ou seja, mais produção no mesmo tempo de horas trabalhadas do contrato. Ainda, mais perversamente, o aprimoramento das forças produtivas – máquinas mais avançadas – requer menos trabalhadores e os expulsa, passando esses a compor o exército de mão de obra excedente – trabalhadores desempregados. Assim, aguardam por nova oportunidade de integrar o mercado de empregados. Essa prática permite que os salários não evoluam pois os que desejam novo emprego se veem obrigados a aceitar um salário inferior. Ainda mais, só os mais qualificados tem chance maior de conseguir novo emprego e voltar a compor a força produtiva do sistema.

---

<sup>2</sup> Engels em nota à edição inglesa do manifesto comunista (1888), nos esclarece sobre os termos burguesia e proletariado: Por burguesia entende-se a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social e empregadores do trabalho assalariado. Por proletariado, a classe dos trabalhos assalariados modernos, os quais, não tendo meios próprios de produção, estão reduzidos a vender sua força de trabalho para poderem viver. (ENGELS APUD MARX; ENGELS, 2015, pg. 62).

Os menos qualificados passam ao trabalho informal – microempreendedores – ou são absorvidos pelo sistema de contravenções – pelo crime.

Não obstante, a expansão das forças produtivas, elas são nefastas, gerando instabilidade para o sistema social, pois pode desestabilizá-lo no tocando ao emprego/desemprego, renda e, desse modo, culminando no consumo negativo – falta de consumidores – fragilizando o sistema; essa fragilidade é um motivo das crises cíclicas do capitalismo. Ademais, nessas crises, o sistema precisa se reinventar e nessas reinvenções precisam sempre da ajuda dos trabalhadores que são cooptados pela ideologia dominante e, às vezes, forçados pelo sistema jurídico – economia de Estado. Esse Estado, ente separado das classes, serve aos interesses da burguesia capitalista.

Nessas etapas – modo de produção material da vida – observa-se alguns conceitos principais: a) propriedade latifundiária e dos meios de produção privados; b) a divisão social do trabalho motor do desenvolvimento – aumento da produção; e, c) o aspecto ideológico presente em todos eles que se baseiam na exploração de uma classe por outra, gerando o antagonismo entre elas. Para Marx, a ideologia está presente no sistema hegeliano e neohegeliano quando escamoteiam ou abstraem desses sistemas a exploração material de uma classe por outra. Ainda reforça essa ideia no Manifesto Comunista, dele e de Engels (MARX; ENGELS, 2015, p. 62) “A história de toda a sociedade até hoje tem sido a história das lutas de classes.”

## CAPÍTULO III

### 1 Discussão

A industrialização alemã dá-se concomitantemente com a contemporaneidade de Karl Marx (1818 – 1883). Nesse período de efervescência política e filosófica, havia o desejo de mudança dos rumos da economia política e de governo. No entanto, a mudança se dá na cabeça dos jovens hegelianos, numa revolução das ideias que seria capaz de mudar o estado atual vigente, utilizando-se de escritos jornalísticos e outros meios que permitissem a difusão de suas ideias. Marx, todavia, a partir de 1843 já se propunha a estudar, por uma metodologia rigorosa, as condições e as possibilidades de uma revolução que pudesse, realmente, tirar a Alemanha do atraso político e econômico estabelecido, pois houvera somente uma pequena mudança no *status quo* do governo e das elites agro-feudais, na realidade uma acomodação dos interesses monárquico e feudal. Desse modo, ao elaborar seus estudos Marx muda de rumo e de objetivo quando publica em 1844 a “Introdução” dos seus manuscritos de 1843 que trata da análise crítica da Filosofia do Direito de Hegel. Deixa de lado a pequena crítica pela qual os filósofos sucumbiam e amadurece no sentido de que a realidade material seria o grande condutor da história e que só pelas condições materiais se poderia mudar o destino da Alemanha, se distanciando radicalmente de seus compatriotas filósofos alemães. Por esses estudos, Marx descobre que a realidade material no qual a grande maioria dos alemães se encontravam, situação de miséria, concorria para a formação de uma massa de trabalhadores, despossuídos dos meios de produção e que vendiam a sua força de trabalho para sobreviver; formavam o proletariado. E, que, somente por essa condição de extrema degradação e exploração é que se poderia haver uma revolução real que abalasse os fundamentos da Alemanha e conseqüentemente resultasse no espírito filosófico que anima o coração proletário.

Nesse caminho, Marx, à medida que, sentiu necessidade de aprofundar seus estudos para responder às questões ligadas a economia, não titubeou e, se retirou inicialmente do seu trabalho na gazeta renana e se pôs a estudar mais profundamente estas questões. Para isso teve que revisar toda uma história da formação econômica e material dos movimentos humanos até então disponíveis na literatura. Nos casos em que a antropologia não tinha um relato sobre a existência das formas de produção dos seus meios da vida, bem como que tipo de relações

utilizaram, recorreu a hipóteses plausíveis com apurado senso crítico, como afirmou Robsbawn na introdução à obra de Karl Marx: *Formações econômicas pré-capitalistas*

A visão de Marx é, assim, uma força unificadora. Seu modelo de desenvolvimento social e econômico é tal que, diversamente do de Hegel, pode ser aplicado à história para produzir férteis e originais resultados em lugar de tautologia; (...). (Marx, 1985, p. 19).

O longo trabalho investigativo, iniciado em 1844 com os *Manuscritos econômicos* filosóficos, obrigou o pensador a deslocar a filosofia dialética hegeliana para o interior da economia política, durante a década de 1850 o interesse de Marx era a evolução do capitalismo e sua consolidação na grande indústria a partir da década de 1840. Nesses trabalhos, o que ocorreu ao longo de sua vida, ficaram mais evidentes e profundos quando da elaboração de seus estudos para a produção de *O capital* (1867) e denota uma verdadeira cruzada, pois enfrentou todos os tipos de vicissitudes: doenças, pouco ou nenhum dinheiro para manter a sua família, além das perseguições políticas. Porém, após uma militância política mais ativa até a elaboração do Manifesto do partido comunista, Marx, ao que parece, arrefeceu nas suas participações mais efetivas junto aos trabalhadores. No entanto, continuou apoiando e criticando os sistemas que se apropriavam e cooptavam os trabalhadores para as revoluções e depois não garantiam os seus direitos, relegando-os aos ostracismos quando não, tornando-os elementos contrários ao regime estabelecido e perseguindo-os juridicamente até a sua condenação. Este um fato comum nas revoluções acontecidas na França, a partir de 1789.

Por outro lado, os seus trabalhos intelectuais realizados a partir do advento do Manifesto, se intensificaram em Londres, onde tinha liberdade para trabalhar e escrever e contava com a disponibilidade de umas das maiores coleções de tratados sobre economia e sobre a história da humanidade. Assim, pôde ele realizar o seu maior desejo: produzir uma obra monumental e completa, que fosse ofertada para os trabalhadores do mundo, capaz de levar sólidos conhecimentos filosóficos, de economia e política e que sustentasse uma prática revolucionária.

Nesse caminho, a gênese do conceito “proletariado” encontra-se no início de seus estudos (1843), como dissemos na “Introdução” à filosofia do direito de Hegel. A partir daí uma constante inquietude toma conta de Marx; não se concebe mais um homem acomodado com as suas responsabilidades de marido ou apenas refutando argumentos filosóficos de seus pares. Foi para o *front*, participou de frentes revolucionárias, sonhou com uma revolução do proletariado. Foi atacado nas suas ideias e contra atacou, pois tinha no estudo e no seu aprimoramento intelectual sua maior virtude. Dessa maneira, deixou para o seu mundo contemporâneo muitos legados, mas pouco compreendido. No entanto, o século XX se

encarregou de nos mostrar o seu grande legado filosófico, sociológico, econômico e político com a publicação de seus escritos que foram relegados e outros não disponibilizados ao público.

Assim, Marx é um divisor de águas na intelectualidade humana, mudou a chave do pensamento e do conhecimento sobre o capitalismo, a partir de uma única palavra: Proletário. Só um conceito, recheado de significados, história, esclarecimentos e o que mais importante, capaz de desvelar ideologias, abrir os nossos olhos para a o verdadeiro significado e consequências do modo dialético de produção da vida que outros optaram por nós e que nos aprisona e massacra. Estudar Marx é a oportunidade que todos devem ter para formar uma verdadeira opinião sobre esse grande pensador contemporâneo e suas ideias revolucionárias no sentido de desvelamento das ideologias que permeiam a cultura capitalista do Brasil e de todo o mundo.

## **2 Considerações finais**

Neste breve panorama traçado sobre a vida e as obras de Karl Max pudemos relacionar um pouco da sua trajetória de vida intelectual, tentamos traçar um relato com palavras mais simples, porém significativas, no intuito de possibilitar um entendimento do que se trata na verdade o seu pensamento. Pela origem do conceito de “proletariado” muitas vezes considerada de pouco significado, subversivo e de pouca honra, geralmente para aqueles que pouco tiveram oportunidade de ler ou mesmo desconhecem completamente sua produção intelectual, leva o pensamento do brasileiro a ter uma visão distorcida do que realmente Karl Marx desejava e o que ele representa realmente para o entendimento da forma como vivemos, desde tempos imemoriais. Assim, elaboramos uma visão ou sentimento do que nós vivemos hoje no Brasil politicamente, economicamente e socialmente em relação ao autor ora estudado e seu pensamento comunista.

Tal como acontecia nos tempos iniciais da organização operária na Europa (MARX; ENGELS, 2015, p. 61) “Um espectro ronda a Europa – o espectro do comunismo. Todos os poderes da velha Europa unem em uma santa aliança para conjurá-lo: o papa e o czar, Martternich e Guizot, radicais franceses e polícias alemãs.” Para os autores os impropérios servem para os governantes e os oposicionistas, usam e abusam do termo como ataque de uns contra os outros. No Brasil, também não foi diferente, tanto ontem como hoje as palavras “proletariado” e “comunista” servem como aliciamento e velamento ideológico para os menos avisados e o senso comum já o incorporou. Assim, desde há muito tempo e, certamente, mais

propriamente nos últimos dez anos (2013-2022), as condições políticas no país se precarizaram e os velhos e “novos” políticos elegeram o espectro comunista e do seu principal autor e defensor os elementos principais de suas plataformas políticas. Utilizaram do senso comum negativo a respeito de Marx e reforçaram as desinformação a respeito do comunismo. Tendo por base as oportunidades de velocíssimas transmissões de informações, muitas vezes sem filtros sobre as verdades emitidas, oferecidas pelas novas plataformas de comunicação disponíveis praticamente a todos atualmente, as inverdades se propagaram rapidamente e aos milhares. Desse modo, para a maioria das pessoas com pouca ou nenhuma formação cidadã estes foram os primeiros contatos com a história sobre Marx e da sua relação com o comunismo. Ou seja, vêm de um total desconhecimento e deturpação – velamento ideológico – do que realmente ele representou para o mundo filosófico, político e econômico. O senso comum do brasileiro foi formado e retroalimentado pelo espectro do comunismo: o comunista Marx representava um verdadeiro absurdo na vida moral, na religião e na família, bem como responsável pela destruição das propriedades privadas. Foi o que sempre repassaram como velamento ideológico do pensamento da classe dominante, até mesmo nas escolas.

O brasileiro, embora esquecido disso, sempre viveu em regimes políticos de exceção e em tais circunstâncias se torna indispensável ter um inimigo do qual se proteger, no caso atual, a saber: o comunismo de Karl Marx – filósofo e revolucionário alemão. Ainda hoje, quando alguém é chamado de comunista ou marxista – ofensa maior não há, nem mesmo aquela à própria mãe! –, é um xingamento que pode evoluir mais para uma agressão física e menos para um debate de ideias político-econômica equilibrado, pois conhecimento suficiente sobre Karl Marx e sua obra estão restritos, praticamente, só no meio acadêmico. Assim, o brasileiro, mesmo aquele de formação superior e que não obteve uma formação cidadã que possibilitasse uma autonomia crítica da cultura dominante, se vê repetindo esse dogma da execração pública do pensamento marxiano - no caso do dogma não há possibilidade de reflexão – e, poucos são aqueles que se interessam e se dispõem a estudá-lo, mesmo que para poder fazer uma crítica ao seu pensamento e trabalho intelectual.

No entanto, a classe dominante e expoentes do capitalismo brasileiro tem nele um recurso para entender e explicar as crises econômicas do capital e se manterem em condições de perpetuá-lo pelas ações políticas impostas ao Estado; mais ainda, reforçam a ideia de que o país correrá sério risco de desorganização se o comunismo for aceito. Isso tudo é velado para o brasileiro mediano mal formado criticamente e, que dessa forma, não adquire uma capacidade de enxergar os desatinos a que estão submetidos na cultura de um inimigo oculto e que espreita nos subúrbios e nas organizações operárias e dos trabalhadores em geral. Estão incapacitados

de realizarem uma escolha apropriada, resultado de uma insuficiência crítica da cultura que lhe é imposta. Assumem o destino como fatalidade e se aproximam da filosofia da história de Hegel, onde o Espírito é autônomo, não depende da vontade dos homens, ou seja, tem-se a impressão que a cultura, mesmo velada, se impõe. Os mais espertos se aproveitam disso para subjugar e explorar os seus concidadãos, perpetuando essa ideologia.

Nesse sentido, tornamo-nos alienados, não por opção, mas por subordinação. Resta-nos uma única opção que é a reformulação do estado caótico que nos encontramos desde tempos anteriores, em que a reforma do ensino impôs sérias restrições às disciplinas e suas formas de abordagem que pudessem revelar a verdadeira ideologia que permeia todos os campos da estrutura e superestrutura capitalista em nossa sociedade.

## **2.1 Lacunas e possibilidades de novos estudos sobre o conceito de “proletariado”, Karl Marx e comunismo**

Este trabalho procurou esclarecer uma vertente ou uma abordagem de um assunto tão vasto e complexo que é o conceito de “proletário” dentro da economia política. É, no entanto, uma pequena possibilidade de interpretação de um mundo tão amplo. Como dito na introdução, os estudantes de economia, de política, sociologia, antropologia, direito e filosofia podem e devem procurar outras formas de estudos e abordagem. Temos como sugestão algumas perguntas: a) Quais são as possibilidades de um questionamento sobre a economia política que diverge deste trabalho?; b) A classe proletária tem como intuito uma revolução total ou apenas uma acomodação com o *status quo* do capital? e, c) As leis trabalhistas que deram ao proletário alguns direitos poderiam ser melhor estabelecidas no mundo atual?

## REFERÊNCIAS

- AUGUSTO, A. G. Modo de produção asiático: considerações teóricas à luz do debate historiográfico. **Revista história econômica & história de empresas**, nº 1, vol. 18, pp. 9-37. Niterói - Rio de Janeiro, 2015.
- BHATTACHARIA, T. O que é teoria da reprodução social? **Revista Outubro**, n. 32, 1º semestre 2019, p. 102. Disponível em: <https://1library.org/document/zxvmnvny-o-que-e-teoria-reproducao-social-outubro-revista.html>. Acesso em: 22/12/2022.
- FRANCO JR, H. **O Feudalismo**. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. Coleção Tudo é história, nº 65.
- FREUD, S. **O mal-estar na civilização**: 1930. Tradução Saulo Krieger. Cienbook, São Paulo, 2020.
- GODELIER, M. **Sobre el modo de produccion asiatico**. Ediciones Martinez Roca, Barcelona – España, 1972.
- GUERREAU, A. **El feudalismo**: un horizonte teórico. Tradução de Joan Lorente. Barcelona, Editorial Crítica, 1984. Título Original: Le feodalisme. Um horizon Theorique.
- MARX, K. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Introdução: Eric Hobsbawn. Tradução: João Maia. Coleção Pensamento Crítico, v. 3, 4ª ed. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1985.
- MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel : 1843**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução: Maria Helena Barreiro Alves. São Paulo: Folha de São Paulo, 2015. 304 (Coleção Folha. Grandes nomes do pensamento; v. 22).
- MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. Tradução: Edmilson Costa, 3. ed. São Paulo : Edipro, 2015. (Série Clássicos Edipro).
- MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner. Tradução: Milton Camargo Mota. Petrópolis, Rj: Vozes, 2019. (Coleção Vozes de Bolso).
- MAX, W. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. Tradução: José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo : Companhia das letras, 2004.
- RIBEIRO, J. C. A geografia do modo de produção comunista primitivo. **Revista Formação**, nº 14, v. 2, p. 23-34, UNESP, São Paulo, 2006.
- VANDERMEULEN, D. **Sapiens: uma história em quadrinhos** : v. 1 : o nascimento da humanidade / Yuval Noah Harari; [adaptação] Daniel Casanave; cores de Claire Champion; tradução de Érico Assis – 1ª ed. – São Paulo: Quadrinhos na Cia., 2020.